

Cabral é o alvo das críticas

O substitutivo ao projeto de Constituição apresentado no último fim de semana pelo deputado Bernardo Cabral mereceu ontem violentas críticas por parte de grupos políticos de tendências diversas, abarcando um universo que vai da direita à esquerda, passando pelo centro. O deputado Brandão Monteiro, líder do PDT, foi o mais candente nas suas críticas. Qualificou o projeto de Cabral como «fascista e autoritário» e acusou o próprio relator de procedimento «aético e imoral» ao defender interesses apontados como escusos. O deputado alagoano José Costa, ligado ao grupo de Covas, informou a jornalistas que numa reunião com o deputado Euclides Scalco, prevista para ontem à noite, iria pedir a destituição do relator, por entender que não há como corrigir os defeitos e distorções apresentados pelo projeto em vários aspectos.

O deputado Álvaro Valle, presidente do PL, vou insistir na aprovação de projeto de reforma do Regimento Interno, o qual permitiria apresentar substitutivo ao parecer do relator. O presidente do PL acha que não há como dar unidade e harmonia ao texto constitucional em exame, se ao substitutivo apresentado por Bernardo somente forem permitidas emendas. Mantidos os atuais critérios de correção do substitutivo exclusivamente através de emendas, o projeto final acabará sendo um produto desconexo, sem qualquer espírito e coerência.

O deputado Amaral Neto, líder do PDS, diz que se estivesse na bolsa de Londres continuaria a apostar na sua velha tese de que a Constituinte marcha de forma inapelável para o impasse, sem chances de concluir sua missão política, que é a de elaborar para o

País uma nova Constituição. De sua parte, o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, do PMDB, pondo as mãos na cabeça, classificou de psicodélico o substitutivo de Bernardo Cabral, tais e tantos são os paradoxos que ele em si contém.

Há ainda no substitutivo erros de técnica jurídica. Por exemplo, segundo Roberto Cardoso Alves, num dos seus dispositivos o substitutivo considera irreguláveis o Presidente da República, os governadores e os prefeitos. De acordo com o parlamentar paulista, se conservada a expressão irregulável no texto, o Presidente da República, os governadores e os prefeitos ficam inelegíveis para o restante das suas vidas, o que é um absurdo.

Lembra o deputado Cardoso Alves que o substitutivo proíbe a censura política, o que pressupõe que ela é admitida nas atividades da criação artística. Acredita que a única maneira de corrigir o caos em que se transformou o substitutivo seria pedir a três juristas de reconhecida competência que elaborassem um anteprojeto de Constituição para ser analisado e votado pela Constituinte.

Política do elástico

A um amigo de sua confiança o deputado Bernardo Cabral disse que na elaboração do seu substitutivo estabeleceu a política que ele próprio classifica de elástico esticado a seus pontos extremos, representados de um lado pelo parlamentarismo a ser implantado em março de 87 e da outra pelos seis anos de mandato do presidente Sarney.

Parlamentarismo e Presidencialismo

O deputado Jutai Magalhães Junior, do PMDB, acha que o Palácio do Planalto, na questão do

sistema de Governo, desenvolve uma estratégia que se realiza por duas vias. Numa delas, através dos deputados Carlos Sant'Anna e Prisco Viana, tenta assegurar a continuidade do presidencialismo. Na outra via o Planalto aceita como interlocutores o senador José Richa e o deputado Cid Carvalho, passando a admitir a adoção do parlamentarismo de forma gradual.

Subsídios

Através de requerimento endereçado ao presidente do Senado, o senador alagoano Teotônio Vilela Filho, do PMDB solicitou informações ao Executivo sobre as empresas do setor siderúrgico e de alumínio que recebem subsídios tarifários do Governo. Considerada o parlamentar alagoano esse tipo de subsídio uma injustiça contra os demais consumidores residenciais, industriais e comerciais, sem falar no fato de que isso compromete a capacidade de reinvestimento do setor elétrico nacional.

Bresser no Senado

O ministro Bresser Pereira, da Fazenda, prestou depoimento secreto ontem pela manhã na comissão da dívida externa do Senado. Segundo o senador Itamar Franco, o ministro da Fazenda não disse ao Senado nada de novo em relação ao que a imprensa já publicou, apesar do caráter sigiloso da reunião. Para o senador Ronan Tito, o motivo da ida de Bresser ao Senado prende-se à necessidade que ele tem de obter apoio político para a renegociação da dívida externa brasileira. O ministro da Fazenda revelou que não pretende precipitar um acordo sobre a dívida, a fim de que o Brasil obtenha as melhores condições possíveis no curso das negociações.